

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: JB Class.: Planaflores 06
Data: 27/09/92 Pg.: 23

Novo crédito do Bird a Rondônia gera protesto

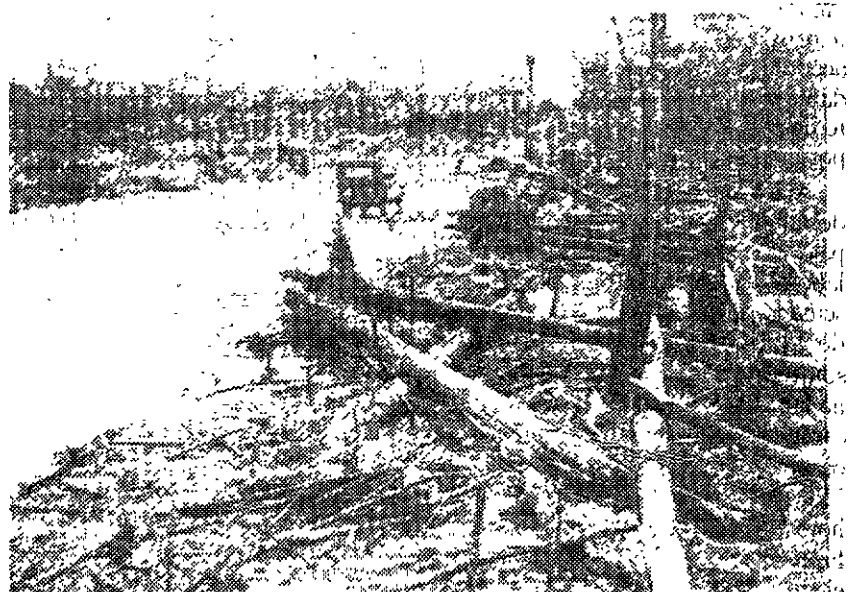
RONALDO BRASILIENSE

BRASÍLIA — Durante a Rio-92, o presidente do Banco Mundial (Bird), Lewis Preston, se penitenciou publicamente pelos desastres ecológicos decorrentes do projeto Polonoroeste, implantado em Rondônia com financiamentos do Bird. Apoiando a política de colonização planejada pelos governos militares nas décadas de 70 e 80, o Bird contribuiu para que aquele estado em poucos anos perdesse mais de 12% de suas florestas tropicais úmidas da Amazônia. Nesta semana, o Bird decide a concessão de um empréstimo de US\$ 167 milhões para o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflores), já autorizado pelo Senado Federal. Um novo desastre ambiental pode estar a caminho.

A decisão do Bird de garantir 73% dos investimentos do Planaflores — o governo federal investirá US\$ 31 milhões e o de Rondônia outros US\$ 30,9 milhões — poderá resultar em ocupação de áreas extrativistas já habitadas por seringueiros. Também há o risco de invasões em áreas indígenas, como a Uru-Eu-Wau-Wau, ameaçada por madeireiras e garimpeiros. A concessão financeira do Bird está sendo questionada por dirigentes de organizações não-governamentais dos EUA, como Steve Schwartzmann, do Environmental Defense

Fund, e brasileiras, à frente Brent Mullikan, do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA). Schwartzmann e Milikan denunciarão ao Bird que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) vem criando projetos de assentamentos em áreas extrativistas, supervalorizando preços de terras, sem ter obtido sequer aprovação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Em março último, o Incra criou em Rondônia os Projetos de Assentamentos Curupira, Água Azul e Rio do Conto. A seleção das áreas não incluiu consultas ao Ibama para aprovação do Rima. Por isso, houve áreas como as glebas Conceição e Terra Firme, no Vale do Guaporé, com baixíssimas possibilidades agrícolas e elevado potencial madeireiro, já previstas para instalar reservas extrativistas e florestas de manejo sustentado, que foram indicadas pelo Incra para o assentamento de colonos, contrariando o próprio zoneamento sócio-econômico-ecológico de Rondônia. "A política fundiária do Incra em Conceição e Terra Firme constitui um grave desrespeito à legislação federal e estadual", acusa Brent Mullikan.



Rondônia perdeu mais de 12% de suas florestas nos anos 70 e 80.